

Diálogo de surdos

• Não é com bordoadas, nem com ironia e nem mesmo com a ajuda de Fidel Castro que o presidente Fernando Henrique conseguirá travar um diálogo com a oposição. As críticas presidenciais ao sectarismo dos oposicionistas reavivaram a fogueira dos ressentimentos eleitorais e irritaram até os mais moderados do PT. Justo no momento em que o Planalto está à beira de uma delicadíssima negociação com o Congresso, a do ajuste fiscal.

"A negociação do pacote vai ser muito difícil. O presidente não quer diálogo, quer uma capitulação das oposições", diz o líder do PT na Câmara, Marcelo Déda, conhecido pela disposição de dialogar com todos os setores, inclusive o Governo.

Não é que o Planalto precise dos cerca de cem votos da oposição para aprovar seu pacote. Se conseguir unir a base parlamentar, aprova as medidas do ajuste com facilidade e os oposicionistas podem até ficar em casa. O primeiro problema, porém, é unir a base — nesté final de legislatura, algo talvez tão difícil quanto fazer o Fluminense voltar à primeira divisão.

O segundo problema é que, mesmo tendo o Governo votos suficientes, tudo fica mais difícil quando as oposições partem para a guerrilha de plenário. O ajuste virá sob a forma de medidas diversas e deve incluir, entre as propostas, emenda constitucional para mexer na CPMF, lei para tratar das finanças públicas e leis complementares como as que vão regulamentar a reforma administrativa.

Serão, portanto, múltiplas votações, nas quais os governistas terão que amarrar maiorias conjunturais e driblar a obstrução e as manobras de plenário das oposições.

O líder do PT acha que, se Fernando Henrique quisesse mesmo conversar, começou mal. Para Déda, os embates de uma campanha em que o presidente candidato tentou deixar a crise financeira de fora, e o resultado das urnas, que acusou crescimento da oposição, não autorizam nenhum acordo com o Governo nesse momento.

— Se a oposição chegar agora, abraçar o presidente e esquecer tudo, estará cometendo um estelionato aos olhos de seu eleitorado — diz ele.

Os oposicionistas festejam um discreto crescimento no Congresso, mas dirigem toda a sua ansiedade para o próximo domingo, quando terão noção exata de seu poder de fogo e espaço daqui para frente. As pesquisas vêm permitindo que acalentem esperanças de uma grande vitória nesse segundo turno, arrebatando estados como Rio, Rio Grande do Sul, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul e — por que não? — Minas Gerais.

Embora filiado ao PMDB, o ex-presidente Itamar Franco é considerado "um dos nossos" pelos petistas. A expectativa é de que Itamar, se vencer em Minas, forme ao lado das oposições em quase todas as votações e embates dos próximos

quatro anos.

— Estou com a língua coçando e só não vou lá para não desobedecer a orientação do meu partido. Mas o que eu gostaria mesmo era de descer em Minas e dizer: "Itamar, estou com você" — declara Déda.

Com essas perspectivas, não há clima para diálogo tão cedo entre Governo e oposição. Nem mesmo o anúncio da criação do futuro Ministério da Produção, num indicativo de que FH poderá corrigir certos rumos da economia, instituindo uma política industrial mais afirmativa, sensibilizou. Segundo o líder petista, as oposições sabem que essa é a linha defendida pelo PSDB, num contraponto ao neoliberalismo do PFL e da equipe econômica. Mas acha que, no final, sairão vencedores os de sempre, pois a aliança estratégica de Fernando Henrique é com os pefelistas.

— Esse é um debate interno do Governo. O papel da oposição não é escolher uma linha de pensamento dentro do Palácio do Planalto e torcer por ela, ainda que seja mais próxima do que pensamos — afirma o deputado.

Se o Ministério da Produção não é isca para pescar oposicionistas, o Imposto sobre Grandes Fortunas pode receber seu apoio. Num indício de que nem tudo será intolerância, o PT aceita discutir pontualmente medidas do ajuste.

A criação do IGF é a proposta que mais agrada, ainda que se discorde dos limites. Já o aumento da alíquota da CPMF dificilmente será aceito pelo PT e demais partidos oposicionistas, nem que toda a sua receita seja vinculada à Saúde. O projeto de lei complementar que obriga os estados a demitir servidores para restringir suas despesas com pessoal a 60% da receita, nem pensar.

A negociação com o FMI também vai ser alvo das críticas oposicionistas. Não com o surrado discurso da soberania nacional, mas pelo fato de o Governo não ter construído um consenso interno a esse respeito antes de partir para a negociação com o Fundo.

— Se o PSDB disputa com o PFL espaço dentro do Governo, nada mais natural que a oposição continue disputando espaço na sociedade. A única negociação séria de Fernando Henrique com a esquerda que Antônio Carlos Magalhães permite é com Fidel, que é amigo dele — conclui Déda.

Apenas duas semanas depois do primeiro turno, e a poucos dias do segundo, está claro que ninguém desceu do palanque ainda.